

Diário de Notícias

Levantamento de sete municípios custará 30 milhões

Trinta milhões de euros vão ser investidos na elaboração do cadastro dos sete municípios escolhidos para a primeira fase do levantamento cadastral de todo o território, um trabalho que poderá custar

"Fizemos uma estimativa global indicativa de 700 milhões e contamos ter no final do primeiro semestre de 2010 o modelo de financiamento definido", afirmou o secretário de Estado do Ordenamento de Território, João Ferrão, no final da assinatura do protocolo de cooperação relativo à plataforma informática que vai congrega todos os dados do cadastro territorial.

De acordo com o responsável, o modelo de financiamento do cadastro a nível nacional deverá ser "cada vez mais aberto e menos dependente do Orçamento de Estado" e poderá contar com participação directa das autarquias e até de operadoras de telecomunicações ou transportes.

"Há imensas operadoras a cadastrar o país no trabalho diário que fazem e temos de ver como podem intervir neste modelo de financiamento", afirmou.

A elaboração do cadastro nos sete municípios escolhidos para uma primeira fase - Loulé, S. Brás de Alportel, Tavira, Oliveira do Hospital, Seia, Paredes e Penafiel - será participada por fundos comunitários (FEDER).

João Ferrão afirmou que o sistema cadastral português é "duplamente deficitário", sublinhando que só metade do território está coberto pelo cadastro predial e, mesmo assim, os dados estão desactualizados.

"Pela primeira vez teremos um sistema de informação predial único e com uma gestão cadastral multifuncional", considerou o secretário de Estado, que realçou a importância da cooperação entre as várias tutelas governamentais a este nível.

De acordo com João Ferrão, a plataforma terá vários graus de acesso e os níveis de confidencialidade estão ainda a ser testados para que se garanta "o direito à privacidade e, ao mesmo tempo, o direito à informação".

A plataforma informática que permitirá no futuro a actualização automática da informação cadastral (SiNErGIC) vai custar 1,2 milhões de euros, participados com fundos comunitários, e incluirá a delimitação geográfica da propriedade e a informação sobre a inscrição matricial e o registo predial.

Segundo o director-geral do Instituto Geográfico Português, Arménio Castanheira, que coordenará o funcionamento deste sistema, o trabalho de levantamento de cadastro nos sete primeiros municípios durará três anos.

"Isto não quer dizer que ao longo destes três anos não possam avançar trabalhos noutros municípios em paralelo", afirmou.

Para Arménio Castanheira, o cadastro do território é fundamental para garantir os direitos de propriedade e diminuir a litigância nos tribunais.

O cadastro de todo o território nacional deverá ficar concluído em 2016.

Lusa

publicado a 2009-04-28 às 18:06

Para mais detalhes consulte:

http://www.dn.pt/inicio/portugal/interior.aspx?content_id=1214958

GRUPO CONTROLINVEST

Copyright © - Todos os direitos reservados